

## **Sobre conjuntura nacional, greve em 2024 e organização das nossas lutas**

### **O que nos Unifica nesta conjuntura**

Em 2022 a ampla maioria de nossa categoria, a exemplo do que foi para maior parte da população brasileira, entendeu a importância de derrotar o projeto fascista da extrema direita que se organizou em torno do nome de Bolsonaro. Mesmo com todas as contradições deste processo, entendemos que a vitória de Lula foi se não um avanço concreto, ao menos um alento para trabalhadoras e trabalhadores, para o serviço público e para educação diante de uma perseguição sistemática que vínhamos sofrendo ao longo desses quatro anos de governo.

Após as eleições, o episódio de 8 de janeiro foi, sem dúvida nenhuma, a prova mais evidente que o bolsonarismo é um movimento que despreza a democracia. Ao mesmo tempo, pudemos comprovar seu poder de articulação e autofinanciamento, além de sua capacidade de contaminação de setores estratégicos do governo como ocorreu na segurança pública e nas forças armadas. Conseqüentemente, isso reforça nossa compreensão de que este movimento representou e representa um perigo real à nossa frágil democracia e de que, mesmo com todas as contradições, estivemos no lado certo da história.

A derrota da extrema direita se apresentou de forma clara nas eleições majoritárias, mesmo se considerarmos a pouca margem de votos. Dado que as eleições contaram com o uso de mais de 300 bilhões da máquina pública, além de todo tipo de mentira e manipulação nas redes sociais, como é de praxe no bolsonarismo, a vitória, ainda que por pequena margem de votos, é um resultado positivo de grande importância. Contudo, se olharmos para a conformação do parlamento brasileiro entenderemos que esta eleição deu ao governo atual uma vitória parcial, uma vez que essa legislatura federal possui ampla maioria de parlamentares representantes do projeto bolsonarista. A alternativa de governabilidade, portanto, passa pela articulação com o “centrão” e demais setores que trabalham com base no velho fisiologismo político de interesses pessoais via de liberação emendas parlamentares, ou de aprovação de leis e emendas às leis que privilegiem segmentos específicos da indústria, do agro, da bala, religiosos, da educação privada e dos setores do capital financeiro.

Nesse jogo, a classe trabalhadora quase sempre perde, assim como os mais vulneráveis e todos os que necessitam diretamente de políticas públicas de saúde, assistência social e educação. Um ganho qualitativo nessas áreas demanda uma outra lógica na distribuição

orçamentária e de arrecadação que o atual governo não consegue reverter. Mesmo se considerarmos os avanços pontuais de taxação dos fundos dos super-ricos e offshores, a tributação continua muito injusta e as articulações para esses ganhos “simbólicos” envolveu acatar a indicação de Arthur Lira para setores estratégicos da Caixa Econômica Federal, só para exemplificarmos com esse jogo fisiológico do “toma lá dá cá” pode ter um efeito nefasto para o país.

Diante disso, entre nós, mesmo os mais entusiastas do governo, passando pelos que dão apoio crítico e pelos mais constrangidos pelo voto, entendemos que é uma conjuntura desfavorável a todos nós. Sabemos que o governo possui limitações concretas e que há uma distância muito grande entre intenção e gestos concretos a ser superada. Nossa disputa não passa somente pelo convencimento do próprio governo, mas também por fazer frente a toda sanha bolsonarista e de demais setores da direita conservadora que buscam se articular para atacarem a educação pública brasileira.

A exemplo deste tipo de investida observamos, ao final de 2023, a Câmara dos Deputados se mobilizar para votação do PL nº 5.230/2023 que trata da reforma do ensino médio, na forma do substitutivo do deputado Mendonça Filho, que desconsidera todo acúmulo da consulta pública realizada junto a estudantes, profissionais da educação, gestores, pais e estudiosos da educação. O adiamento desta votação e a possibilidade de ganharmos fôlego até março quando ela volta ao plenário foi fruto de uma mobilização da sociedade civil organizada e de parlamentares que corroboram com nossas críticas ao texto.

A definição da política econômica do governo também se coloca como um obstáculo ao aumento dos investimentos na educação. O arcabouço fiscal aprovado, que visa substituir a lei do “Teto de Gastos” que impôs um congelamento de gastos de forma indiscriminada, não demonstra muitos avanços quanto a sua capacidade de responder às demandas de ampliação de investimentos em políticas públicas. Ficaram de fora desta definição de limites para gastos públicos muito poucas ações, como é o caso da garantia de pagamento dos 600 reais do programa bolsa família. Se por um lado as leis que garantem o orçamento para educação ainda estão mantidas, a ampliação de salários e mesmo novos investimentos está condicionado à ampliação de arrecadação e fica restrito a 70% do valor total que foi ampliado no ano. Ou seja, mesmo na conquista de um superávit esse gasto possui limitações. A satisfação do mercado financeiro com a proposta apresentada diz muito das contradições que ela traz. Não somos contrários ao equilíbrio dos gastos fiscais, mas a opção brasileira continua penalizando pobres e a classe média na arrecadação.

Outro ponto essencial passa pela reforma administrativa que voltará a ser pautada por Arthur Lira em nome dos setores financeiros e setores de direita. Na prática, a reforma que será apresentada novamente mantém os privilégios das poucas categorias do serviço público e penaliza amplos segmentos que possuem a menor média salarial. Isto porque o texto de partida é o texto da reforma discutida no governo Bolsonaro e que deixa de fora, por exemplo, o salário de militares e magistrados que, em muitos casos, superam o teto máximo do funcionalismo público. Pela postura adotada pelo governo no sentido de negociar mesmo com esses setores, é muito provável que a proposição final do governo traga grande parte das contradições do texto inicial e se configure como mais uma derrota imposta para ampla maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

É neste sentido que pensar a mobilização e radicalização da luta para o próximo período e a denúncia das contradições presentes no governo não pode ser lida como incoerente frente a história que construímos até aqui. Se temos diferentes formas de análise do governo atual, o caminho trilhado indica na prática que ainda estamos em um movimento de resistência, de luta pela manutenção de direitos, para que não nos imponham ainda mais derrotas. Isso porque até o momento nenhum reajuste nos foi garantido em 2024 e a perda de direitos e retrocessos são iminentes e podem ser cancelados com apoio do atual governo em razão dos setores/partidos que o governo vem se articulando. Este deve ser um consenso entre nós, porque todos tivemos perdas, ainda que distintas, e a última proposta do governo não nos garante reajuste para 2024.

### **Dos limites da mesa de negociação e da necessidade de ampliarmos e aprofundarmos nossas reivindicações**

Após inúmeras tentativas de negociação, o desfecho em 2023 para os trabalhadores e trabalhadoras da educação não teve nenhum avanço quanto a possibilidade de reajuste salarial para 2024. O governo propôs apenas a alteração de valores de benefícios já concedidos à categoria, são eles:

- Auxílio alimentação de R\$ 658 (seiscentos e cinquenta e oito reais) para R\$ 1000 (mil reais);
- Auxílio creche de R\$320 (trezentos e vinte e um reais) para R\$ 484,90 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos);
- Auxílio saúde de R\$ 144 (cento e quarenta e quatro reais) para R\$ 215 (duzentos e quinze reais)

Essas alterações nos benefícios além de não contemplarem toda categoria como é o caso dos aposentados, ainda não se enquadram nas nossas reivindicações que solicitam a equiparação do valor dos auxílios entre os demais poderes da união. Nesse sentido, mesmo com o reajuste dos benefícios, a diferença entre servidores do próprio governo federal permanece.

Essa distinção no tratamento com servidores da educação é um outro ponto de muita insatisfação que temos visto em meio à nossa base. O governo tem se apresentado desde a sua campanha eleitoral e nas propagandas oficiais como o governo da educação, que preferiu livros às armas, que apoia prioritariamente a ciência e a educação. Mas na prática, entendemos que não existe avanço desses campos sem a valorização dos servidores.

Outro aspecto que nos chama a atenção é que a desculpa de limite no orçamento para garantir reajuste não se aplicou como impedimento para aumento de salários de carreira da Polícia Penal Federal, por exemplo. Segundo dados do próprio governo a média de aumento salarial deste segmento será de cerca de 60%. A atualização acordada garantirá um aumento no final da carreira de R\$ 13.000 (treze mil) para R\$ 20.000 (vinte mil) sem a exigências que as carreiras da educação têm para aumento de salário, como no caso de pós-graduação lato e stricto sensu.

Por todos esses motivos achamos razoável que um reajuste mínimo seja negociado, neste momento, de forma imediata para nossas categoria que acumulam perdas de **53,17% para técnicos tomando como base a última negociação da Greve de 2015 e 39,92% para docentes que tiveram quatro reajustes após a negociação da Greve de 2015**. Como síntese de um esforço da categoria até o presente momento a 185ª do Sinasefe definiu a seguinte pauta:

- 1) Reestruturação das carreiras de técnico-administrativos e docentes, conforme as propostas aprovadas nos GTs Carreira e nas PLENAs do SINASEFE
- 2) Recomposição salarial, já! Conforme a proposta do Fonasefe da Campanha Salarial 2024: 53,17% para técnicos e 39,92% para docentes
- 3) Revogação do Novo Ensino Médio (NEM) e defesa do modelo de Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais.
- 4) Revogação de todas as Medidas Provisórias, Portarias e Decretos que atacam os servidores e os serviços públicos – com destaque para a IN 54/2021, que ataca o direito de greve.

5) Recomposição orçamentária da Rede Federal de Educação. Chega de cortes: por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade!

**O que nos divide e demanda o enfrentamento do Sinasefe nacional: sobre novas formas de organização dos trabalhadores e a centralidade do sindicato na luta por melhores condições de trabalho**

Atravessando mais de dois séculos de presença na luta dos trabalhadores, as organizações sindicais trazem muitas contribuições como elementos de acúmulo na organização de nossa luta cotidiana, construída ao longo deste período. Ao mesmo passo que, como ônus de toda tradição, carregam também muitos vícios e métodos que por vezes afastam a possibilidade de atuação de uma nova militância mais arejada e resistem a novas ideias que podem fazer avançar a nossa luta. Entendemos que este é um desgaste natural que se dá pela própria dinâmica com que ocorre a luta de classe ao longo da história. Esse desgaste, que também é gerado pela fragilização e precarização das relações trabalhistas, abre um vácuo político com base em novas demandas que nem sempre conseguimos absorver. Com isso, surgem novas possibilidades de organização e mudanças de relação com a própria entidade com vistas a responder a essas novas demandas. Mudanças que podem ser positivas e necessárias para continuidade e ressignificação de nossas lutas.

Neste contexto, a novidade organizativa junto a categoria é o grupo “TAES na Luta”, que consiste em um movimento organizado majoritariamente por meio das redes sociais e tem produzido tensionamentos em meio a nossa base. Organizado exclusivamente por técnicos administrativos, alguns filiados ao próprio Sinasefe, mas a ampla maioria não, o grupo pauta alguns aspectos que são pertinentes ao movimento tais como: a reivindicação de reajustes com recorte de percentuais diferenciados para o segmento de TAES uma vez que as perdas foram maiores no período, uma maior objetividade por parte das lideranças no encaminhamento das pautas de reivindicação junto ao governo e a abertura de negociações de outros mecanismos de ganho para categoria que não só o aumento do salário base..

Considerando que a reestruturação da carreira de TAES e docentes é o ponto prioritário de mobilização para nossa greve e que não há consenso entre Sinasefe e Fasubra ainda nesta data sobre qual proposta apresentar, a falta de objetividade na conformação de uma proposta unificada apresentada como crítica do movimento “TAES na luta” procede e pode nos gerar problemas nesse processo. Além desta crítica que consideramos mais contundente temos outras que nos são apresentadas que precisam ser analisadas pelo

nosso sindicato e debatidas até mesmo como processo formativo. Temos a pior carreira administrativa do serviço público federal e isso precisa mudar. Contudo, a crítica feita pelo movimento, pela própria espontaneidade com que surgiu, transborda muitas vezes uma perspectiva construtiva e descamba para uma deslegitimação do sindicato como instrumento legítimo de representação e organização dos trabalhadores.

A entidade sindical é uma máquina criada pela unidade dos trabalhadores para fazer frente aos nossos interesses. Como uma máquina a serviço da categoria ela carrega muitos benefícios e também todos os dissabores das pessoas físicas que o compõem. Essa máquina necessita de uma organização burocrática, necessita ser preservada e fortalecida. A função desta entidade é melhorar nossas condições frente a uma conjuntura que quase sempre nos é desfavorável. Essa estrutura só existe, portanto, porque quem luta contra nós dispõe de uma estrutura muito maior e melhor do que a nossa, porque goza de condições econômicas infinitamente melhores. Por isso demandamos funcionários, serviço jurídico, contábil e de comunicação. Em nossa categoria temos ainda a dificuldade de que dirigentes sindicais não são liberados de suas atividades laborais para ficarem exclusivamente com a organização política e administrativa do sindicato como ocorre em outras categorias. E isto dificulta bastante a nossa organização.

Posto isto, é necessário dizer que a tradição da organização sindical necessita por um lado ser mudada e avançar nas práticas e concepções, por outro é necessário reconhecer que ela nos trouxe até aqui. Todos os nossos ganhos e direitos foram ampliados a partir da autonomia dessas entidades. Então consideramos muito bom e natural que existam movimentos paralelos e fora do sinasefe e que esses movimentos sejam críticos à atuação do sindicato, contudo não consideramos que qualquer um desses movimentos possa prescindir da existência do sindicato como instrumento de luta legítimo dos trabalhadores. Não podemos cair no equívoco de achar que tais organizações substituam nossa atuação. Os movimentos independentes, as organizações que se estabelecem na luta para além das entidades também não são algo novo na luta e possuem total legitimidade. Mas a consolidação de um instrumento que substitua a organização sindical deverá ser respondida pela história da luta e não auto proclamada, como é desejo de alguns.

Nesse sentido, entendemos que é tarefa dos nossos filiados a defesa da entidade como instrumento necessário e dos não filiados que considerem a possibilidade de filiarem. Com todas as críticas que tenhamos ao movimento sindical é ele que nos permitiu lutar e resistir até aqui e não existe crítica a este movimento que também não passe pela nossa autocrítica como sujeitos históricos. Nossa entidade, por ser uma entidade de luta, está

como estão todas as entidades e sujeitos que se colocam a lutar no plano da vida real: atravessados por muitas contradições que necessitam ser superadas na prática da luta.

Dessa forma, reforçamos que na iminência do esgotamento das possibilidades da mesa de negociação a greve ainda é um dos nossos instrumentos mais eficientes e legítimos da tradição sindical e uma alternativa necessária para o período. Precisaremos, neste momento, construir a greve. Aos que já estão convencidos, fica a tarefa de convencer os que não estão. Precisaremos já na próxima assembleia, após uma discussão de conjuntura que este texto busca ajudar, da constituição de uma comissão de mobilização ampliada para além da direção do sindicato e do estabelecimento de um calendário de lutas. Precisamos ainda de unificar encaminhamentos para o alinhamento das reivindicações que estarão na mesa de negociação.

Se por um lado a greve se faz cada vez mais pertinente diante desta realidade, é necessário que ela se faça com algum nível de mobilização. Como dito anteriormente, além do governo e morosidade dos processos, estaremos enfrentando ainda essa onda de ódio destinada aos movimentos sociais neste último período. Por isso, agora mais do que nunca precisamos garantir a nossa mobilização e construirmos a unidade do movimento.

**Diretoria do Sinasefe Ifes**